

Amálio **PINHEIRO**; Maria Lucia de Paiva **JACOBINI**
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Brasil

Comunicação e desenvolvimento na
América Latina: um estudo de caso
das revistas *Carta Capital* e *Veja*

Comunicación y desarrollo en
América Latina: un estudio de
las revistas *Carta Capital* y *Veja*

Communication and development:
a study from the magazines
Carta Capital and *Veja*

Recebido em: 11 jul. 2011
Aceito em: 29 set. 2011

Amálio Pinheiro é professor doutor do curso de
Comunicação e Semiótica da PUC-SP.
Contato: pinheiro@pucsp.br

Maria Lucia de Paiva Jacobini é mestre e doutoranda
em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP, com bolsa
CNPq; economista pela Unicamp, jornalista pela PUC-
Campinas e especialista em Jornalismo Científico pelo
Labjor/Unicamp.
Contato: mlpjacobini@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho faz uma análise do tratamento dado pelas revistas *Carta Capital* e *Veja* ao tema do desenvolvimento socioeconômico. A partir de uma discussão sobre a crise do paradigma da ciência moderna e do entendimento da América Latina como possível alternativa, o objetivo é discutir se os conteúdos veiculados pelas revistas fazem sentido de acordo com a ideia de desenvolvimento socioeconômico e com as especificidades do contexto brasileiro. A partir disso, questionar a abordagem de temas relacionados ao desenvolvimento baseado nos paradigmas da modernidade ocidental característicos de países desenvolvidos, voltados para o consumo, crescimento econômico e modernização e tecnologia.

Palavras-chave: comunicação; desenvolvimento socioeconômico; *Carta Capital*; *Veja*.

RESUMEN

Este artículo es un análisis del tratamiento dado por las revistas *Carta Capital* y *Veja* al tema de desarrollo socioeconómico. A partir de una discusión sobre la crisis del paradigma de la ciencia moderna y la comprensión de América Latina como una alternativa posible, el objetivo es discutir si el contenido servido por las revistas tiene sentido con la idea de desarrollo socioeconómico y las características específicas del contexto brasileño. A partir de esto, preguntar por el enfoque de las cuestiones de desarrollo basado en los paradigmas de la característica de la modernidad occidental de los países desarrollados, destinados al consumo, el crecimiento económico y la modernización y la tecnología.

Palabras clave: comunicación; desarrollo socioeconómico; *Carta Capital*; *Veja*.

ABSTRACT

This paper intends to compose an analysis of the treatment given by *Carta Capital* and *Veja* magazines to the issue of socioeconomic development. From a discussion on the crisis of the paradigm of modern science and the understanding of Latin America as a possible alternative, the goal is to discuss if the content proposed by both magazines makes sense with the idea of socioeconomic development and the specificities of the Brazilian context. From this, question the approach to issues related to development based on the paradigms of Western modernity, typical of developed countries and focused on consumption, economic growth, modernization and technology.

Keywords: communication; socioeconomic development; *Carta Capital*; *Veja*.

Introdução

Quando uma série de teorias e padrões de consumo é importada para a realidade brasileira sem qualquer forma de tradução, é preciso refletir sobre a possibilidade de criar novas formas de pensamento mais consistentes para o contexto latinoamericano. Isso acontece exatamente com a implementação dos paradigmas estabelecidos no mundo ocidental, incapazes de interpretar cenários completamente diferentes e complexos da América Latina.

Nesse artigo a proposta é de apresentar parte de uma pesquisa mais ampla sobre a construção da memória do desenvolvimento socioeconômico. O objetivo é discutir, com base na ideia de crise do paradigma da ciência moderna ocidental e no entendimento da América Latina como possibilidade de pensamento alternativo, o papel da comunicação no Brasil e sua maneira de apresentar o desenvolvimento socioeconômico. Assim, mostra-se importante questionar se as revistas *Carta Capital* e *Veja* propõem críticas ao modelo apresentado e procuram por uma alternativa, ou enfatizam a importância de se seguir os paradigmas econômicos internacionais.

A importância do objeto da pesquisa tem a ver, principalmente, com a necessidade de aprofundar a concepção da mídia sobre a formação nacional e a visão dos meios de comunicação sobre os mecanismos e as características do desenvolvimento socioeconômico. Ou seja, partindo do objetivo social maior, que é o da busca do desenvolvimento socioeconômico brasileiro, considera-se como de fundamental importância conhecer qual é a imagem que se faz dele em dois veículos de grande público, com propostas e características diferentes, como é o caso das revistas *Carta Capital* e *Veja*.

É igualmente importante avançar tanto sobre a relação entre comunicação e desenvolvimento, quanto sobre o papel dos meios de comunicação e o seu real efeito no processo de desenvolvimento nacional. Com isso, o objetivo é superar a compreensão simplificadora do processo de comunicação como mecanismo de, conforme descreve Schramm (1976), mudança no padrão social e econômico e consequente modernização da sociedade.

Desta forma, a pesquisa tem como objetivo principal analisar os textos e comparar a abordagem sobre desenvolvimento socioeconômico, além de tentar observar se alguma delas estaria mais próxima das necessidades da sociedade brasileira. Para tanto, foram escolhidas como referencial teórico (ressalte-se que não como proposta

única a ser seguida), as ideias de pensadores como Martín-Barbero, Boaventura Sousa Santos, Edgar Morin e, em termos do conceito de desenvolvimento socioeconômico, as do economista Celso Furtado, uma alternativa aos paradigmas econômicos.

A situação do Brasil em sua especificidade de país “periférico” demanda uma ampliação do debate sobre como os meios de comunicação podem contribuir para o desenvolvimento socioeconômico nacional. Desta forma, essa discussão é fundamental para a compreensão da conjuntura atual do País e das intenções de transformação no futuro.

Paradigmas em crise: A América Latina como alternativa

A ciência moderna vem entrando em crise. É essa a base, por exemplo, do pensamento de Santos para explicar o que considera como momento de transição entre o paradigma da ciência moderna e um novo emergente: “Estamos, pois, numa fase de transição paradigmática que, como qualquer outra, é caracterizada pela reconceitualização da ciência que existe em função de uma outra ciência cujo perfil apenas se vislumbra” (1989: 148).

Segundo o autor, a crise do paradigma da ciência não é mais superável por uma simples reforma nas suas estruturas, justamente por considerá-la irreversível dada sua exaustão. Pela sua forma de entender, a crise pela qual passamos se classifica como “crise de degenerescência”, caracterizada por atravessar todas as disciplinas de forma profunda, questionando a inteligibilidade, os instrumentos metodológicos e conceituais do paradigma (SANTOS, 1989).

A partir da percepção de que as promessas da modernidade não foram cumpridas e se tornaram problemas para os quais parece não haver solução, o momento de transição torna-se ainda mais complexo, pela existência de dificuldades modernas para os quais não foram estabelecidas soluções modernas. Estabelece-se, então, a crise. E a pretendida transição precisa justamente contribuir para a construção de futuros alternativos, capazes de serem tão amplos quanto o construído pelo paradigma da ciência moderna (SANTOS, 2001).

No entanto, o autor chama a atenção para o fato de que podemos apenas especular sobre esse novo paradigma, não sendo possível nem mesmo estabelecer em quais regiões de domínio do paradigma vigente a turbulência tem mais repercussão (2001). Mas, inevitavelmente, ele deve surgir, dado que o regime atual de racionalidade

mostra-se “cada vez mais violento e imprevisível, aumentando desse modo a vulnerabilidade das regiões, das nações e dos grupos sociais subordinados e oprimidos” (SANTOS, 2006: 192).

Assim, como entende Santos (2006), a transição paradigmática da ciência moderna para a ciência pós-moderna compreende um conhecimento pós-dualista, de superação das dicotomias que dominavam a ciência moderna clássica. As novas ciências passam a ser anti-reducionistas, de tempos não-lineares, marcadas por descontinuidades, desordem e instabilidade. Porém, para tanto, é preciso fazer a crítica ao modelo de racionalidade ocidental dominante, para que suas alternativas não tendam a reproduzir os mesmos padrões.

A posição crítica é condizente com a de Laplantine e Nouss (1997), para quem o pensamento dominante ainda hoje é o da separação, numa organização binária e repartição dualista das pessoas e gêneros. Explicam: “Este pensamento encontra uma de suas expressões na constituição das formas pura distribuídas em torno de dois polos do conhecimento racional e da ficção artística que não devem se prequestrar e ainda mais se misturar”¹ (1997: 72-73).

Ao pensar sobre o tema da complexidade do pensamento no mundo contemporâneo, Morin (1995) contribui para a compreensão do paradigma da ciência moderna. O autor parte da ideia de que as sociedades só existem e as culturas só se formam, se conservam e se transmitem através das interações feitas entre os indivíduos e a própria sociedade. Segundo ele, a cultura e a sociedade estão em uma relação geradora mútua, pela qual há um processo de abertura e fechamento para as potencialidades do conhecimento.

Com isso, pode-se dizer que foram as contradições internas do projeto do paradigma da modernidade que contribuíram para sua desestabilização. De um lado, suas propostas abrem para a inovação social e cultural, mas, de outro, sua complexidade impede que suas promessas sejam cumpridas. O que, para o pensador, fica claro de início pela ousadia da proposta, que já contém em si o fracasso de propostas não cumpridas (SANTOS, 2001).

O comentário conclusivo de Santos (2001) sobre a crise da ciência moderna é o de que suas causas estão exatamente em suas pretensões epistemológicas. Explicável

¹ Tradução do autor. Texto original: “Cette pensée trouve l’une de ses expressions dans la constitution de formes pures distribuées autour des deux pôles du savoir rationnel et de la fiction artistique qui ne doivent pas se fréquenter et encore moins se mélanger”.

pelo fato de ser um modelo totalitário que nega outras formas de conhecimento, e, principalmente, separa-se dos saberes locais, desconsiderando seus modos de racionalidade.

Ou seja, não há um princípio único de transformação social. Ao contrário, há um futuro possível dentre vários outros alternativos e, se são muitas as formas de dominação, também, muitas as resistências, que não podem ser reunidas sob uma grande teoria comum (2001; 2006). Como explica:

Assumir a diversidade epistemológica do mundo implica renunciar a uma epistemologia geral. Ou seja, não há apenas conhecimentos muito diversos no mundo sobre a matéria, a vida e a sociedade; há também muitas e muito diversas concepções sobre o que conta como conhecimento e os critérios de sua validade (SANTOS, 2006: 144).

Quando Santos (2006) sugere como solução para a crise paradigmática o aprender com as formas marginalizadas pelas dominantes da modernidade através da Sociologia das Ausências, sua ideia é de aproveitar as experiências das vítimas, dos grupos sociais que sofreram com a exclusividade epistemológica e com a redução das possibilidades emancipatórias às tornadas possíveis apenas pelo capitalismo. E a conclusão que chega vai mais longe: deve-se aprender com o Sul.

O Sul surge então como metáfora do que a modernidade ocidental fez de si mesma e descreve os sofrimentos dos que passaram pela violência do colonialismo, entendido até então como missão civilizadora, contra o caos. Para concluir, é possível afirmar que a América Latina se mostra com todas essas características, principalmente por ter tido suas expressões culturais e formas de pensar excluídas dos cânones ocidentais e, por tal razão, se apresenta como uma alternativa epistemológica no cenário de crise do paradigma.

Comunicação na América Latina

O contexto histórico da América Latina cria uma realidade diferente. Gruzinski (2001) avalia o continente como uma junção inconsciente de culturas e elementos ao longo do tempo, desde o momento da colonização, produzindo uma mestiçagem contínua. Ou seja, há uma constante ativação de memórias que orientam e sugerem relações, produzindo uma heterogeneidade que não se encaixa nas classificações

importadas, prontas *a priori* e, por consequência, unificadoras. Como explica: “a mistura leva ao oposto da uniformização” (2001: 223).

Tal como Santos (2001; 2006), Martín-Barbero (2003) acredita que podem existir modelos alternativos de comunicação, que convergem para o reconhecimento da competência comunicativa das comunidades e para sua natureza transnacional. Ou seja, depende mesmo da capacidade de apropriação e ativação da competência cultural das comunidades e não da quantidade de informação disponível.

Paralelamente a isso, Lopes (2005) acredita que em virtude da ambiguidade do conceito da comunicação, especialmente na América Latina, esta precisa ser investigada dentro dos contextos social, econômico, político e cultural que a envolvem.

A partir disso, o caminho aqui é pensar como se dá o deslumbramento com a modernização, suas ideias externas, e quais as contradições que criam no contexto latinoamericano. Como discutido nos campos estratégicos do campo da comunicação, Martín-Barbero (2002) identifica nas novas tecnologias de comunicação um entrave pelo fato de que a tecnologia não é vista pela sociedade como um mero conjunto de meios para um fim, e sim como uma racionalidade prática.

Seu objetivo é criar uma forma de analisar esse novo modelo tecnológico de maneira a conseguir captar sua complexidade e com isso relativizando sua eficácia fetichista e mistificação. Ao mesmo tempo, também tem interesse em evidenciar as virtudes da transformação, as contradições geradas e as possibilidades de ação e luta. Ainda mais no caso latino-americano, em que é possível tomar consciência do processo desde seu início, para enfrentá-lo já com algum preparo (MARTÍN-BARBERO, 2002).

É possível então destacar o crescente papel da tecnologia. Martín-Barbero (1986) entende que a tecnologia é parte de um processo contínuo de busca pela aceleração da modernidade, o que na América Latina teve um profundo efeito de esquizofrenia entre a modernização pressionada pelos interesses transnacionais e possibilidade de apropriação e identificação cultural.

Isso se explica pelo fato de que há uma não contemporaneidade entre os produtos culturais consumidos e o lugar/espço social onde são consumidos. Ou seja, para o autor (1986; 2002), as tecnologias são consumidas sem proximidade com seu contexto de produção.

Tais tecnologias são então produzidas nos países ricos, mas consumidas cada vez com menor diferença de tempo, nos países mais pobres. Contudo, essa instantaneidade esconde a não contemporaneidade entre as tecnologias e seus usos, o

que quer dizer que são consumidas, mas não podem ser referidas minimamente ao seu contexto de produção, causando não um salto qualitativo, mas uma máscara de modernização (MARTÍN-BARBERO, 1997; 2002).

Destaca (1997) dois problemas do surgimento das novas tecnologias no continente do ponto de vista da cultura: provocam uma “ficção de identidade” em que se apóia a cultura nacional, tanto pela racionalidade que materializam como pelo modo em que operam, além de criarem um “simulacro de racionalidade”, que levado ao extremo evidencia o que não é digerível pela homogeneização generalizada.

Entretanto, é um aspecto que tem uma consequência otimista. As novas tecnologias acabam por evidenciar o que não consegue ser simulado, que é a alteridade cultural que resiste à homogeneização generalizada. Martín-Barbero (2002) enfatiza que tal resistência é representada, na América Latina, pelas culturas populares, que criam um espaço de conflito e dinâmica cultural profundos. Com isso, a não-contemporaneidade pode significar não apenas atraso, mas outras formas de relação que precisam ser pensadas fora do paradigma estabelecido.

E, seguindo esse pensamento, se não há tecnologia, também não há desenvolvimento. Martín-Barbero (1997) critica a versão dos órgãos multinacionais de que a comunicação pode ser medida em número de exemplares vendidos, quantidade de aparelhos de rádio, televisão e computadores, como se sem comunicação não existisse desenvolvimento.

Conforme aponta Lopes (2005), é possível entender o conceito de desenvolvimento adotado no Brasil a partir da lógica externa de difusão da cultura hegemônica, como parte de um processo típico da América Latina que envolveu a elite responsável pela assimilação e readaptação de culturas centrais para as condições locais.

A partir dessa visão desenvolvimentista, presente até hoje, toda solução de problemas passa a ser técnica. E a saída estaria sempre na difusão de inovações, dado que as respostas estariam sempre na transferência da tecnologia avançada. Adverte Martín-Barbero (2002) que é criada uma tendência a confundir a realidade com a atualidade do consumo e da tecnologia, num dispositivo de contemporaneização, submissão de diversas temporalidades em uma só: o da atualidade como medida da produtividade.

O pensamento sobre comunicação e desenvolvimento na América Latina

O tema do desenvolvimento socioeconômico tem grande importância pelo questionamento que levanta sobre o papel dos países em desenvolvimento² na transformação do sistema econômico mundial. A escolha da teoria de Celso Furtado é apresentada como uma alternativa escolhida para esta pesquisa, dentre outras possíveis, às teorias hegemônicas do paradigma da modernidade ocidental. Este é entendido como um sistema de estruturas sociais antiquadas, resultantes de uma dificuldade em se perceber a evolução da economia capitalista e as especificidades da sociedade latino-americana.

Para Furtado (1980), o desenvolvimento supera definições básicas de aumento de fluxo de bens e serviços de maneira mais rápida que a expansão demográfica, e passa a ser pensado como transformações do conjunto de uma sociedade, na busca por novos indicadores que passem a incluir o bem-estar social. É essa a busca do desenvolvimento socioeconômico.

Conclui então o autor (FURTADO, 1974) que a situação de subdesenvolvimento do Brasil e da América Latina é prejudicada pelo projeto de desenvolvimento dos grupos dirigentes, que procura reproduzir os padrões de consumo dos países já desenvolvidos sem a contrapartida do grau de acumulação atingido internamente. São conexões profundas entre processos internos de exploração e externos de dependência.

Com essa base estabelecida, sobre a relação entre comunicação e desenvolvimento, a questão é discutida principalmente com foco na capacidade dos países em desenvolvimento de aprenderem com os “bem sucedidos” exemplos modernizadores ocidentais.

A favor do projeto de modernização, Lerner e Schramm (1973) começaram a pensar no papel que a comunicação precisa ter para funcionar como padrão de mudança e incentivar o desenvolvimento econômico. Para os autores, a comunicação é, em si mesma, um dos fenômenos do desenvolvimento econômico. Isso significa que há uma interação entre todos os indicadores, que incluem escolaridade, saúde, etc., e a

² As denominações utilizadas ao longo do capítulo, tais como “centro” e “periferia” correspondem aos termos utilizados por Furtado para caracterizar a divisão do mundo em termos econômicos. No caso de “países desenvolvidos” ou “em desenvolvimento” representam qualificações criadas externamente ao contexto brasileiro, mas aqui ainda utilizadas.

comunicação passa a ser um requisito da modernização da sociedade, como também sinal dela.

O desenvolvimento socioeconômico encontra-se presente nos meios de comunicação. É nesse sentido que Schramm (1976) argumenta que a comunicação pode ter uma influência significativa para o desenvolvimento de uma sociedade, contribuindo para a investigação de novos ambientes, promoção das aspirações da população, orientação e controle de um processo dinâmico, ensino de novas habilidades e socialização de cidadãos.

Desenvolvimento é definido como um campo especializado, que exige recursos, conhecimento e técnicas especiais, e a importância da comunicação passa a ser de representar o momento da recuperação, com maior conhecimento dos problemas e possibilidade de comparação e aprendizado com os padrões desenvolvidos. Para o autor, passa a haver consciência da distância e da necessidade de recuperar o tempo perdido de crescimento econômico (SCHRAMM, 1970).

A teoria de Melo (1971) é de que a situação da comunicação se relaciona com o estágio de desenvolvimento no país, pois os meios de difusão surgem em decorrência do desenvolvimento tecnológico. No entanto, no caso da América Latina, os meios de comunicação se desenvolveram com base na iniciativa privada, sem o adequado planejamento e controle de sua expansão de acordo com as especificidades do continente.

Tal posição é semelhante à proposta de Santos, e questiona o uso do modelo ocidental, baseado em fatores de tecnologia e capital, nos países em desenvolvimento. Como não estão disponíveis de forma autônoma nesses países, a única solução acaba sendo a de busca pela ajuda dos desenvolvidos. Com isso, o “desenvolvimento parece resumir-se a um simples fenômeno de aumento da produção, sem quaisquer outras implicações de natureza sociocultural” (1976: 21).

O desencanto de Santos com as teorias modernas é tão grande que chega a recomendar o fim da ideia de desenvolvimento. Para o autor, “a falência da miragem do desenvolvimento é cada vez mais evidente, e, em vez de se buscarem novos modelos de desenvolvimento alternativos, talvez seja tempo de começar a criar alternativas ao desenvolvimento” (2001: 28).

Uma análise a partir das revistas *Carta Capital* e *Veja*

A partir dos pensamentos referidos acima sobre a crise do paradigma da modernidade e a possibilidade da América Latina como alternativa simbolizada, no caso, pelo Brasil, é possível investigar como dois meios de comunicação representativos atuam na produção da memória do desenvolvimento socioeconômico do país: as revistas *Carta Capital* e *Veja*.

O período escolhido para análise foi de dois anos, entre 1996 e 1998, entendidos dentro de um contexto de relativa tranquilidade política e de ausência de fatos que ocupassem continuamente as reportagens, possibilitando assim uma maior abrangência de temas e análise de dados. É importante ressaltar que nesse tempo existiu uma grande divergência de posições e tratamento das questões nacionais, enriquecendo significativamente os objetivos dessa pesquisa.

Algumas diferenças entre as duas revistas precisam ser destacadas exatamente por contribuírem para a sua escolha como objeto de análise, dentre as quais se encontra o posicionamento político-econômico explícito de defesa ou ataque ao Plano Real e ao governo da época, já evidenciando o interesse por públicos-alvo diferentes e demarcados. Além disso, é bastante significativo que os dois veículos tivessem um perfil completamente diverso, pois enquanto a iniciante *Carta Capital* se caracterizava pelos assuntos de economia e empresariais, a bem estabelecida *Veja* mantinha sua postura de se focar em temas de política e variedades.

Justamente por isso, as seções observadas possuem uma correspondência direta, a não ser a relação com o desenvolvimento socioeconômico. Para essa análise especificamente foram escolhidos os seguintes temas: desenvolvimento socioeconômico, consumo, crise do paradigma da ciência moderna ocidental e exaltação do estrangeiro. É preciso destacar que tais categorias não são fechadas, significam tanto críticas quanto apologias e estão sempre em relação umas com as outras.

A segunda metade da década de noventa foi marcada por um contexto de estabilização da inflação a partir do Plano Real, aumento do consumo e da importação devido à valorização da moeda, através de uma política cambial amplamente discutida na *Carta Capital* e na *Veja*, de posicionamentos diferentes.

Surgiram inovações tecnológicas como o celular e o computador, além dos primeiros avanços da formação dos grandes blocos econômicos do Mercosul, da União Européia e Alca. No entanto, a iminência de um colapso mundial em razão da crise

asiática levantou questionamentos sobre a viabilidade dos paradigmas neoliberais e das ideias teóricas em moda no período.

A partir do pressuposto de que novos textos são criados não só no presente temporal, mas também no passado, Lotman (1996) acredita que ao longo da história da cultura constantemente são descobertas novos conteúdos. Isso porque

cada cultura define seu paradigma do que se deve recordar (isto é, conservar) e do que se deve esquecer. O esquecido é apagado da memória da coletividade e “é como se nunca tivesse existido”. Mas conforme o tempo e o sistema de códigos culturais mudam, muda o paradigma de memória-esquecimento (1996: 160)³

Como consequência, faz sentido monitorar o que é lembrado e esquecido no período e como, a partir disso, foram e são transformadas as mensagens sobre o desenvolvimento socioeconômico. Por exemplo, a principal condenação da revista *Carta Capital* aos paradigmas econômicos envolvia críticas ao governo de Fernando Henrique e sua política econômica, percebida como apenas uma extensão das determinações internacionais formuladas por instituições multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Em 1997, o articulista Luiz Gonzaga Belluzzo escreveu sobre os primeiros sinais de irritação européia com o “economicismo” e a onda liberalizante de baixo crescimento econômico, altas taxas de desemprego e marginalização social em “O horror econômico e o Moloch neoliberal” (11 de Junho). Seguido por um artigo, no qual seu título sugestivo anunciava mais uma crítica à redução do crescimento para sustentar uma situação criada artificialmente pela sobrevalorização da moeda brasileira:

quando pseudocientistas em nome de uma pseudociência indicam o caminho do desemprego para resolver os problemas que artificialmente criaram, temos que concordar que há razão para suspeitar que a ‘ciência lúgubre’ tem mesmo por objetivo a infelicidade da maioria (“Os economistas da infelicidade”, *Carta Capital*, 23 jul. 1997).

Nota-se aqui a semelhança de linhas de pensamento entre o colunista e Santos quando problematizam a permanência inquestionável da racionalidade

³ Tradução do autor. Texto original: “cada cultura define su paradigma de qué se debe recordar (esto es, conservar) y qué se ha de olvidar. Esto último es borrado de la memoria de la colectividad y “es como si dejara de existir”. Pero cambia el tiempo, el sistema de códigos culturales, y cambia el paradigma de memoria-olvido”.

moderna/neoliberal. Como destaca o Santos, “não há conhecimento em geral, tal como não há ignorância em geral” (2001: 29) e, por isso, mostra-se necessário um “pensamento alternativo de alternativas” (2001: 30). Só assim será possível reconhecer as diferenças do outro e dar voz aos que foram silenciados.

Finalmente, em “Uma proposta para o Brasil”, a posição da revista foi ainda menos sutil. Na busca por ideias novas, fora das alternativas usuais e da “velha receita”, o economista Roberto Mangabeira Unger expôs sua percepção de que havia um problema de ideias, não só prático e político, pois “o pensamento disponível no mundo não serve para enfrentar a crise” (*Carta Capital*, 14 out. 1998).

Sugeria, dessa forma, a formulação de uma alternativa latino-americana ao neoliberalismo, para evitar que se continuasse no caminho que sempre manteve a posição de fraqueza do continente. Não só Santos (2001; 2006) concordaria. Laplantine e Nouss (1997), ao verem no continente um espaço intermediário, caracterizado pela mestiçagem, percebiam que o discurso do puro, do simples, fechado e distinto não seria aplicável. E mais, que a América Latina estaria em um movimento de interação constante, que acabaria com a possibilidade de aplicação de qualquer fórmula rígida.

Por outro lado, a revista *Veja* adotou uma postura mais discreta. Na seção “Páginas Amarelas” foram apresentadas entrevistas com especialistas, inclusive contrários, sobre a doutrina liberal, embora seus pontos centrais fossem focados na postura defensiva do governo, o que significaria uma defesa dos modelos de crescimento internacionais.

Por exemplo, no dia 10 de setembro de 1997, o então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, foi entrevistado pela revista para fazer uma perspectiva para o futuro e analisar sua própria doutrina. “Não acho que estejamos destinados a repetir a Europa. Nunca acreditei que se possa repetir a experiência de outros países. Nunca se pode repetir a história”, argumentou o presidente, para explicar que, embora o grau de prosperidade pelo qual passava o país era maior do que já havia sido antes, reinava a mesma incerteza, ainda mais num contexto de globalização, com uma semelhante falta de controle de capitais financeiros e que, por isso, não poderíamos repetir as experiências dos países desenvolvidos.

Ironicamente, o economista Roberto Campos, um dos grandes defensores do neoliberalismo no Brasil, argumentou em “Ensaio sobre assimetrias” que são inúmeras as recomendações que um país como o Brasil recebe nos tempos de crise. Muitas contraditórias e que, por isso,

no Terceiro Mundo são comuns fórmulas mestiças, como o *dirty float*, isto é, a taxa cambial administrada. Essa fórmula apresenta vários insucessos (como no caso do Brasil), mas não pode ser irremediavelmente condenada, pois operou razoavelmente no caso do Chile e no da China (*Veja*, 4 nov. 1998).

O discurso de Campos é interessante justamente por apresentar inúmeros outros discursos. De um lado, utilizou termos pertencentes e criados pelas doutrinas da ciência moderna, como a divisão entre primeiro e terceiro mundo, ou mesmo a fórmula econômica da taxa cambial administrada. Entretanto, sugeriu a diversidade de oportunidades de uma mesma fórmula, que nunca obtém o mesmo resultado, pois nunca é aplicada no mesmo contexto.

Além disso, é significativo que o economista tenha percebido a necessidade de existência de uma “fórmula mestiça”. A mestiçagem, como proposta por Santos (2006), Laplantine e Nouss (1997) ou o hibridismo de Canclini (2008), é uma alternativa ao processo de canonização, que juntamente ao processo de tradução representa uma possibilidade de comunicação que diminui a homogeneidade e hegemonia. Como disse o “mais sociólogo do que presidente” naquele momento, Fernando Henrique, na já citada entrevista para as Páginas Amarelas, “nós gostamos de ser misturados” (*Veja*, 10 set. 1997).

Contudo, nas demais discussões sobre a existência de uma possibilidade alternativa, pode-se dizer que foram poucas as aberturas para crítica. Como ilustração, o economista e ex-ministro João Paulo dos Reis Velloso explicou que para evitar uma condição de desigualdade no comércio mundial, era preciso seguir “com um modelo bem concebido de economia internacionalmente competitiva (...) há um certo equívoco de algumas forças de oposição ao ficarem atrás de um modelo alternativo. Não existe modelo alternativo” (*Veja*, 13 mai. 1998).

O pensamento das duas revistas sobre o aspecto do consumo mostra uma diferença, principalmente quantitativa. Santos (2001; 2006) já havia advertido para a fragmentação da sociedade capitalista nos domínios da produção e do consumo, que teria como consequência a possibilidade de a lógica de mercado passar da economia para todas as áreas da vida social. Diante dessa perspectiva pessimista, o consumo se tornaria um dos únicos critérios da interação social.

É o que se percebe na reportagem elogiosa ao governo Fernando Henrique. O então presidente justificou a alta popularidade e a “estupidez” dos que criticam a

política econômica pelo crescimento do consumo das massas da seguinte forma: “o brasileiro preferiu ficar com aspectos cuja importância é evidente por si mesma. Exemplo: “feijão no prato” (*Veja*, 17 jan. 1996).

Também na revista *Veja*, a reportagem de capa de 19 de dezembro de 1996 manteve o discurso de que “com aumento da renda, o pobre virou consumidor”. Com uma matéria especial intitulada “Dinheiro no bolso do pobre”, o repórter Antenor Nascimento fez alusão a um novo milagre econômico que possibilitou o crescimento do consumo dos mais pobres, embora ainda com má distribuição de renda. A matéria continha um ponto altamente significativo: fazia uma correlação entre o consumo e a autoestima da população. De acordo com o texto, “uma pessoa com autoestima quer coisas melhores (...) Vai a dúzias de lojas e só aceita comprar a TV que vier com controle remoto (...) Aquele que viaja ao exterior volta pensando em coisas que nunca tinham passado por sua cabeça” (*Veja*, 19 dez. 1996:54-55).

Aqui se encontram pontos muito claros sobre a posição da *Veja* quanto à importância do consumo. A linha editorial da revista parte do princípio de que os altos níveis de consumo são os principais resultados do desenvolvimento socioeconômico e do progresso moderno e, tamanha é sua importância, que são capazes de interferir no estado psicológico da população.

Os mesmos elementos de tecnologia como modernidade desejada e importância do consumo também foram descritos a partir de eletrodomésticos em “Máquinas de sonho a peso de ouro”. O jornalista Roger Ferreira relatou como os equipamentos importados “que parecem saídos dos desenhos dos Jetsons” oferecem conforto e comodidade “à dona de casa”, com as peças mais modernas e avançadas do mundo. Aqui é interessante reproduzir parte da matéria:

Mas só passar os olhos por essas máquinas maravilhosas já é uma alegria. O máximo em matéria de geladeira é a americana Sub Zero (...), comparando-a com a brasileira mais sofisticada, da Brastemp, que perderia em capacidade e preço. As geladeiras brasileiras apenas “cumprem a obrigação de conservar os alimentos resfriados. Não passam disso. As supergeladeiras modernas fazem muito mais... (“Máquinas de sonho a peso de ouro”, *Veja*, 1 mar. 1997)

Os equipamentos de cozinha – descritos como de ambiente de ficção científica e adjetivados por “lindíssimo, moderníssimo” – que “já existiam no mundo desenvolvido

havia algum tempo, estão agora disponíveis no Brasil”. Fica evidente como é criada uma situação de atraso do país tanto no consumo quanto na possibilidade de produção de tais produtos, revelando a rápida diversificação dos hábitos de consumo de uma classe em contraste com as tecnologias disponíveis para serem fabricados internamente (FURTADO, 1974).

O consumo sofisticado foi facilitado pela entrada das grandes grifes internacionais ainda em 1997. A tendência de valorização da produção internacional fica evidente em

São Paulo e Rio de Janeiro ainda estão longe de ter adquirido o ar cosmopolita de Paris, Londres e Nova York, mas as vitrines sofisticadas começam a ficar mais parecidas com a desses centros de compras. As mulheres brasileiras já podem comprar bolsas Fendi, feitas de couro ultramacio, com acabamento impecável (...) Lojas magníficas de grifes conhecidas no mundo inteiro, de roupas, bolsas, perfumes, meias, sapatos, lingerie, cristais, canetas e objetos diversos estão sendo montadas no Brasil. Senhoritas de classe média, secretárias, advogadas, executivas, adolescentes, madames e grandes empresários. Gente de todo tipo está experimentando a novidade de comprar objetos de grifes famosas (...) As marcas não estão chegando ao Brasil nesse momento por acaso. O consumidor brasileiro de classe média tornou-se mais cosmopolita nos últimos anos. Viaja para o exterior. Quer coisas de qualidade. (“Griffes famosas no mundo inteiro chegam ao Brasil e fazem o maior sucesso”, *Veja*, 21 mai. 1997)

O adjetivo “cosmopolita”, utilizado duas vezes, remete a um clichê denunciado por Rotker (1992) como um fenômeno típico da classe média em ascensão na América Latina do século XIX. Introduzido pela burguesia urbana com o imaginário da sofisticação, representava o modelo de vida que se queria implementar nos centros urbanos, como parte de um projeto semelhante ao consumo de produtos importados: a cópia dos padrões de vida europeus.

Canclini (2008) explica que no início do século posterior foi modificada a relação da cultura “sofisticada” com a do consumo maciço, tornando as inovações das metrópoles acessíveis às diversas classes da população. Claramente num mesmo movimento que o descrito pelas matérias citadas, o autor já previa que o “cosmopolitismo se democratiza” (2008: 89).

A proposta da revista *Carta Capital* foi, de certa maneira, ambígua. Isso porque enquanto algumas matérias eram mais focadas em consumo e exaltavam a entrada de novos produtos (principalmente carros), outras foram críticas à ênfase no consumo.

Uma reportagem merece atenção por sua postura crítica. Em “É só luxo”, de cinco de março de 1997, Beth Deiró e Françoise Terzian reportaram o crescimento do mercado para os mais ricos. Os principais produtos do comércio de alto luxo, como canetas *MontBlanc*, carros, apartamentos e jatinhos foram contrastados sutilmente com a denúncia da ONU e do Banco Mundial de que o país estaria com um dos piores índices de desigualdade social do mundo.

O que significa “exaltação do estrangeiro”? A resposta está principalmente no conteúdo jornalístico que se propõe a elogiar tudo o que vem de fora como melhor, produtos, ideias, culturas e processos. As classificações de mundo utilizadas de primeiro e terceiro mundo, ou países em desenvolvimento e países desenvolvidos, já implicam uma ordem, uma primazia, etapas a serem seguidas.

Santos (2001) faz da exaltação do estrangeiro uma extensão da denúncia da existência de um paradigma único de conhecimento, que tem como consequência a negação de outras formas de conhecimento. Quando na revista *Veja* o jornalista Ricardo Grinbaum descreveu o povo brasileiro como esforçado, sério, honesto e otimista acerca do futuro do país, imediatamente o opôs à realidade europeia no seguinte enunciado:

Nos aeroportos do Primeiro Mundo, os turistas brasileiros passaram a ser barrados, interrogados e devolvidos ao Brasil (...) Mas há um ano a inflação está baixa, a economia cresce há três e as pessoas tiveram uma folga na carteira para comprar mais comida e eletrodomésticos e isso teria efeito sobre a confiança no futuro, num nível semelhante de felicidade ao da França (“O brasileiro segundo ele mesmo”, *Veja*, 10 jan. 1996).

Em entrevista à revista *Veja*, o pertencimento ao mundo ocidental foi descrito pelo presidente Fernando Henrique Cardoso como um elogio à democracia, cujos hábitos são diferentes, valorizam a liberdade, o indivíduo e a cidadania. Explicou a crise asiática pelo fato de os asiáticos não terem os mesmos valores (“O Brasil está com rumo”, *Veja*, 17 jan. 1996).

Na matéria “As elites no inferno astral”, os jornalistas Antenor Nascimento e Ricardo Grinbaum discutiram o perfil da elite brasileira e concluíram que houve uma mudança na sua postura. Mencionam que a maioria dos empresários não mais defendem

o parque industrial nacional, mas o consideram inferior, com produtos de menor qualidade que os estrangeiros, lembrando mais uma vez a teoria de Furtado (1974). A nova elite estaria mais preocupada com a situação do país, como explicam os jornalistas: “O Brasil não conseguirá transitar entre países desenvolvidos carregando seu bolsão de miseráveis e suas crianças de rua. Coisas assim não ficam bem no clube de países sérios” (*Veja*, 5 jun. 1996).

Assim como havia previsto Furtado, as elites locais, interessadas em seguir de perto os padrões de consumo do centro, “perderam o contato com as fontes culturais dos respectivos países” (1974: 79-80). Dessa forma, a ênfase na inferioridade do que é produzido no país, aliada à classificação dos países desenvolvidos como sérios – e, conseqüentemente, o Brasil estaria subentendido como não sério – demonstra um tom de desprezo com relação à cultura local.

Por exemplo, ao cobrir a abertura de uma rede de oficinas norte-americanas no país, o repórter Roger Ferreira a descreveu como “oficina de primeiro mundo”, capaz de “oferecer um padrão de serviço inédito ao consumidor brasileiro (...) a diferença em relação às oficinas nacionais é sentida logo na recepção” (“Problema dos carros bichados”, *Veja*, 14 mai. 1997). A mesma perspectiva também estava na forma de ridicularizar os erros de cálculo do governo sobre o déficit de 1997, quando o repórter disse que “são deslizes grosseiros difíceis de acontecer em países desenvolvidos, como Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha” (“Ruim de conta”, *Veja*, 15 abr.1998).

Em sua coluna na Carta Capital, Luiz Gonzaga Belluzo repreendeu exatamente esse costume, ironizando as propagandas da reeleição do governo:

Vou sentir saudades daquelas professorinhas tucanas, todas as noites falando aos telespectadores das vantagens da reeleição. Eram mocinhas distintas. Notava-se pela combinação discreta de tons de cinza e creme das saias e blusas, compostas e comportadas. A discrição dos trajes fazia par com a sobriedade das palavras. Uma ensinava: a reeleição é a norma dos países adiantados. França, Estados Unidos, etc... Mas é certo que para barrar este tropel de delinquentes estarão alertas das forças do bem: esquerdistas modernizados, internacional-globalizantes, direitistas lúcidos e dinâmicos, jornalistas atentos às novas oportunidades de um mundo em transformação (“Mão e a bandeira nacional”, *Carta Capital*, 5 fev. 1997).

Lopes (2005) entende que a elite intelectual deveria atuar como agente de mudança, mas acaba sempre adotando um papel conservador. Atua, dessa forma,

principalmente como agente de assimilação e readaptação do que é expandido dos países centrais. A forma segundo a qual jornalistas (entendidos como integrantes da elite intelectual) descrevem a própria cultura do país revela uma dependência voluntária, que parece ser uma escolha de seguir o caminho de uma cultura que é considerada desenvolvida.

O discurso do ex-presidente Fernando Henrique demonstrou a mesma atitude, embora dessa vez tenha sido criticada pela revista *Veja*. Na matéria do jornalista Mario Sabino foi reproduzida a fala do presidente ressaltando seu caráter pejorativo: “Depois de dizer que o Brasil é um país provinciano, como os Estados Unidos, ele partiu para a globalização pesada: como vivi fora do Brasil durante muitos anos, dei conta disso. Os brasileiros são caipiras, desconhecem o outro lado e, quando conhecem, se encantam. O problema é esse” (“Jecocentrismo globalizado”, *Veja*, 24 jul. 1996).

De forma inconsciente, a revista tomava consciência da heterogeneidade do país em relação a outras culturas. Algo que Rotker (1992) define como ausência de discursos hegemônicos na América Latina. A autora destaca que há, no continente, uma heterogeneidade de discursos, mesmo que dentro da classe dominante. Percebe-se exatamente isso na entrevista do empresário Olavo Setúbal para a seção Páginas Amarelas: o empresariado brasileiro seria diferente, justamente porque o “Brasil é muito mais complexo do que o país visto pelo seu lado econômico e financeiro (...) e o Brasil é muito mais complexo do que São Paulo (“Olavo Setúbal – O patriarca do Itaú diz que o Brasil melhorou muito e critica os empresários que reclamam do ritmo da abertura”, *Veja*, 20 nov. 1996).

Delfim Netto, colunista da Carta Capital, também tentou visualizar no país as condições de se tornar uma grande potência, com capacidade para proporcionar à população um padrão de vida satisfatório. Em sua coluna “Direitos iguais, já!”, explicava que “os brasileiros têm condições de almejar as mesmas condições de trabalho e oportunidade encontradas nos países desenvolvidos” (*Carta Capital*, 2 set.1998), mas com certa dificuldade, dada a crescente dependência externa, de financiamentos e investimento que aumentava a vulnerabilidade brasileira.

Ainda que essas reportagens representem uma valorização exclusiva do lado econômico, é inegável que havia uma percepção da capacidade do país para fazer alguma diferença. É possível lembrar aqui da proposta de Santos (2006) de que a América Latina possa representar uma alternativa de projeto político, com outros compromissos além dos estabelecidos pelo paradigma da ciência moderna.

Concluindo, Martín-Barbero (2003) destaca que os meios de comunicação, como as revistas *Carta Capital* e *Veja*, também tiveram um efeito positivo no continente, de possibilitar o acesso a outras visões de mundo e costumes. As revistas, talvez mesmo de forma inconsciente, ajudaram a construir uma nova imagem do país, de superação dos problemas econômicos anteriores, num contexto maior de crise mundial.

Com relação ao desenvolvimento socioeconômico, objeto de análise deste estudo, é entendido a partir da ótica da atuação do homem, como ator de transformações na sociedade. Ou, conforme Celso Furtado, “mais do que transformação, o desenvolvimento é invenção, comporta um elemento de intencionalidade” (1984: 105).

Schramm (1970), por sua vez, já havia afirmado a importância da mídia na aceleração do processo de desenvolvimento. A comunicação, entendida como multiplicadora da difusão de conhecimento, manteria uma alta correlação entre os índices de crescimento econômico e seu próprio desenvolvimento, pois, segundo o autor, quanto maior a modernização, maior a dilatação dos canais de comunicação.

Portanto, o papel da revista *Veja*, como importante meio de comunicação, e o discurso de seus editores e jornalistas teriam o papel de ampliar horizontes e mostrar novas realidades (SCHRAMM, 1970). Nesse sentido, os jornalistas David Friedlander e João Sorima Neto discutiram a importância do consumo como base para o crescimento de um país, justificado tal crescimento a partir do modelo de países que hoje são considerados desenvolvidos e que enriqueceram a partir do consumo, principalmente da classe média. Argumentaram que

a classe média é o segmento mais obcecado pelo progresso pessoal, pela ideia de melhorar de vida. Está o tempo todo tentando comprar aquilo que não tem (...) A classe média abandona sem o menor constrangimento os governos que a contrariam, porque rejeita tudo que possa atrapalhar seu sonho de progresso. (“O Brasil emergente”, *Veja*, 30 set. 1998)

Trata-se do consumo associado à ideia de progresso. Melo (1976), entretanto, por criticar o fato de os meios de comunicação brasileiros terem sido baseados no modelo ocidental, via como um problema a orientação para estimular o consumo. Segundo o autor, tal sistema não impulsionaria o que ele classifica como “tarefas produtivas ao desenvolvimento” (1976: 33).

Carta Capital, por sua vez, tratou do tema a partir da opinião de seu colunista Delfim Netto, argumentando principalmente com críticas ao Plano Real. Com o artigo “Traquinagens”, ao argumentar que a política cambial criou uma armadilha para o desenvolvimento, com queda nas exportações e crédito fácil que impulsionou as importações. Assim, “se aumenta o crescimento econômico, também aumenta o déficit comercial, o que obrigava o governo a apelar para a política monetária restritiva reduzindo o ritmo da economia” (27 nov. 1996). Percebe-se aqui que Netto não acredita que crescimento econômico seja o próprio desenvolvimento.

A política neoliberal do governo, proposta por Gustavo Franco, também não foi considerada como favorável ao desenvolvimento socioeconômico. O economista Paulo Rabello de Castro classificou o trabalho de Franco sobre inserção externa e desenvolvimento como “muito bom em inserção externa e bastante fraco sobre desenvolvimento” (“O futuro, segundo Franco”, *Veja*, 27 nov. 1996).

Isso porque também precisaria incluir, além da inovação tecnológica mencionada por Franco, capital humano e educação. Este último tema, que já aparecia em *Veja*, foi ampliado na matéria da revista *Carta Capital*, “Os trópicos sempre tristes”, evocando outros elementos como civismo e solidariedade, já recomendados por Santos (2001; 2006).

Nunca é demais lembrar que o civismo mede a qualidade das relações sociais, qualidade esta diretamente associada à existência da confiança mútua entre os cidadãos. (...) Ora, sabe-se que países ou regiões com alto nível de civismo são mais desenvolvidos economicamente. São ricos por serem cívicos, não são cívicos por porque são ricos (“Os trópicos sempre tristes”, *Carta Capital*, 11 dez. 1996).

Ainda na mesma matéria, argumentou-se que o desenvolvimento de um país é algo muito mais amplo, que se reflete na qualidade dos serviços públicos, na infraestrutura e também no crescimento do PIB e das exportações. Sem isso, pode-se dizer que há a chamada “dependência com desenvolvimento”. Tal descrição, já discutida por Furtado (1974), engloba a coexistência entre o crescimento econômico e a dependência cultural, que tende a agravar as desigualdades sociais: cópia de modelos de consumo, tecnologia, padrões de comportamento, entre outros.

Considerações

Quando se considera o momento de superação da crise financeira global, torna-se ainda mais claro que as ações realizadas nos considerados “países desenvolvidos” têm cada vez mais consequências inesperadas para as quais não existem soluções modernas. Os casos são ainda mais extremos quando tal conhecimento é descontextualizado e se torna absoluto em realidades distantes e imprevisíveis.

Pode-se dizer então que, quando teorias com tendências totalizantes (que consideram todas as realidades sociais como homogêneas) são transportadas para além de seus contextos de criação, suas consequências podem ser diferentes das previstas, e suas soluções inadequadas. A partir deste aspecto, conclui Santos que “os países desenvolvidos, longe de mostrarem o caminho do desenvolvimento aos menos desenvolvidos, bloqueiam-no ou só permitem a esses países trilhá-los em condições que reproduzem o seu subdesenvolvimento” (2006: 43).

Exatamente nesse sentido, é perceptível que a noção importada de desenvolvimento socioeconômico não serve para a realidade brasileira, e menos ainda oferece soluções para os problemas do país. Pode-se dizer que, a partir das análises apresentadas neste artigo, é inegável que a visão de *Veja*, por exemplo, vem de um interesse progressivo na modernização e que sua posição contribui para a promoção de um conceito de desenvolvimento socioeconômico na direção de uma sociedade de consumo.

Para finalizar, a proposta deste estudo era ajudar a construir uma argumentação sobre a crise do paradigma da ciência moderna ocidental e sua relação/efeito na América Latina, principalmente sobre a possibilidade de alternativa e conflito existentes no pensamento construído no continente. No aspecto econômico, o texto sugere Celso Furtado, apenas como apresentação de outra forma de pensar, focada no encontro das necessidades do homem e não apenas no consumo e importação de tecnologias externas.

Desta forma, é necessário cada vez mais questionar a existência de teorias/paradigmas globais, quaisquer que sejam seus conteúdos ou propostas, por considerar que dificilmente seriam capazes de entender contextos tão diferentes e complexos de cada sociedade. Finalmente, a discussão apresentada nas revistas *Carta Capital* e *Veja* contribui para o debate sobre duas perspectivas diferentes de como deve ser o desenvolvimento na América Latina: um conflito ou uma cópia.

Referências

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas**. São Paulo: Edusp, 4ª edição, 2008.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **Pequena Introdução ao Desenvolvimento**. São Paulo: Nacional, 1980.

_____. **Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

LAPLANTINE, François & NOUSS, Alexis. **Le Métissage**. Paris: Flammarion, 1997.

LERNER, Daniel; SCHRAMM, Wilbur. **Comunicação em mudança nos países em desenvolvimento**. São Paulo: Melhoramentos, 1973.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo. **Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2005.

LOTMAN, Iuri M. **La Semiosfera 1: Semiótica de la Cultura y del Texto**. Edición de Desidério Navarro. Frónesis, Cátedra, Universitat de València, 1996.

_____. **La Semiosfera II: Semiótica de la cultura, del texto, de la conducta y del espacio**. Madrid: Ediciones Cátedra, 1998.

MARTÍN-BARBERO, Jesús Martín. Identidade tecnológica e alteridade cultural. In: FADUL, Anamaria. **Novas tecnologias de comunicação – impactos políticos, culturais e socioeconômicos**. São Paulo: Summus/Intercom, 1986, pp. 121-132.

_____. **Dos meios às mediações – Comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

_____. **Ofício de Cartógrafo**. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.

_____. Globalização comunicacional e transformação cultural. In: MORAES, Denis (org.). **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MELO, José Marques de. **Comunicação, Opinião, Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

_____. **Subdesenvolvimento, urbanização e comunicação**. Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. **Comunicação Social: Teoria e Pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 1978

MORIN, Edgar. **O Método 4** – As Ideias. Porto Alegre: Sulina, 1995.

_____. O texto em expansão: crônica jornalística e paisagem cultural na América Latina. In: **XVI Encontro Anual – Compós**, Curitiba, 2007.

ROTKER, Susana. **Fundación de una escritura** – Las cronicas de Jose Martí. Havana: Casa de las Américas, 1992.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. **A crítica da Razão indolente**: contra o desperdício da experiência. Vol. 1. SP: Cortez, 2001.

_____. **Gramática do Tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SCHRAMM, Wilbur. **Comunicação de massa e desenvolvimento**. Rio de Janeiro Bloch, 1970.

_____. **Subdesenvolvimento, Urbanização e Comunicação**. Petrópolis: Vozes, 1976.

Matérias consultadas

BELLUZZO, L. G. O horror econômico e o Moloch neoliberal. **Carta Capital**, 11 jun. 1997.

_____. Os economistas da infelicidade”. **Carta Capital**, 23 jul. 1997.

_____. Mao e a bandeira nacional. **Carta Capital**, 5 fev. 1997.

_____. Os trópicos sempre tristes. **Carta Capital**, 11 dez. 1996.

CAMPOS, R. Ensaio sobre assimetrias. **Veja**, 4 nov. 1980.

CASTRO, P. R. O futuro, segundo Franco. **Veja**, 27 nov. 1996

DEIRÓ, B.; TERZIAN, F. É só luxo. **Carta Capital**, 5 mar. 1997.

FERREIRA, R. Máquinas de sonho a peso e ouro. **Veja**, 1 mar. 1997.

_____. Problema dos carros bichado, **Veja**, 14 mai. 1997.

FRIEDLANDER, D.; NETO, J. S. O Brasil emergente. **Veja**, 30 set. 1998.

GRINBAUM, R. O brasileiro segundo ele mesmo. **Veja**, 10 jan. 1996.

LEITE, P. M.; ALVARENGA, T. O Brasil está no rumo. **Veja**, 17 jan. 1996.

- NASCIMENTO, A. Dinheiro no bolso do pobre. **Veja**, 19 dez. 1996.
- NASCIMENTO, A.; GRINBAUM, R. As elites no inferno astral. **Veja**, 5 jun. 1996.
- NETTO, D. Direitos iguais, já! **Carta Capital**, 2 set. 1998.
- _____. Traquinagens. **Carta Capital**, 27 nov. 1996.
- RUIM DE CONTA. **Veja**, 15 abr. 1998.
- SABINO, M. Jecocentrismo globalizado. **Veja**, 24 jul. 1996.
- Seção Páginas Amarelas. As razões do presidente. **Veja**, 10 set. 1997.
- _____. João Paulo dos Reis Velloso. **Veja**, 13 mai. 1998.
- _____. Olavo Setúbal – O patriarca do Itaú diz que o Brasil melhorou muito e critica os empresários que reclamam do ritmo da abertura. **Veja**, 20 nov. 1996
- SIMONETTI, E.; NETO, J. S. Griffes famosas no mundo inteiro chegam ao Brasil e fazem o maior sucesso”. **Veja**, 21 mai. 1997.
- UNGER, R. M. Uma proposta para o Brasil. **Carta Capital**, 14 out. 1998.